

Remoção de favelas durante o governo Carlos Lacerda (1960-1965): propriedade para os pobres ou favorecimento aos ricos?

Thársyla Glessa Lacerda da Cunha¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as consequências da política de remoção das favelas desenvolvida pelo governo Carlos Lacerda no Estado da Guanabara, no período de 1960 a 1965, para as camadas mais pobres, que se refere à classe trabalhadora que se viu descontente com a necessidade de migrar para conjuntos habitacionais construídos pelo governo. Nossa preocupação é compreender essa medida como um processo de consolidação de uma política liberal, favorável às vantagens para a classe média, em detrimento da atenção às reais necessidades da maioria da população naquele momento. O foco é discutir sobre o respeito à identidade sociocultural, visando impedir a segregação dos indivíduos com menos recursos financeiros em locais ermos, sem a existência de uma estrutura básica que lhes permitam viver numa condição adequada de moradia.

Palavras-chave: Favelas – Remoção – Carlos Lacerda

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on the consequences of the policy of removal of the favelas developed by the Carlos Lacerda government in the State of Guanabara, from 1960 to 1965, for the poorest sectors, which refers to the working class that was dissatisfied with the need to migrate to government-built housing complexes. Our concern is to understand this measure as a process of consolidation of a liberal policy, favorable to the advantages for the middle class, to the detriment of the attention to the real needs of the majority of the population at that moment.

The focus is to discuss respect for socio-cultural identity, with a view to preventing the segregation of individuals with less financial resources in remote areas, without the existence of a basic structure that allows them to live in an adequate housing condition.

¹ Doutoranda em História Política PPGH-UERJ, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Mendes. Contato: tharsylaglessa@hotmail.com.

Keywords: Favelas - Removal - Carlos Lacerda

Introdução

Carlos Lacerda (1914-1977), jornalista, político e intelectual brasileiro, é conhecido no país por sua forte tendência às polêmicas e desafetos políticos durante sua trajetória nesse meio. Por outro lado, também é considerado por muitos, principalmente no Rio de Janeiro, como um excelente administrador, devido ao seu desempenho no período em que fora governador do estado da Guanabara, entre os anos de 1960 e 1965.

Lacerda era filiado à União Democrática Nacional (UDN) e teve intensa participação em momentos decisivos para o Brasil no período da experiência democrática (1945-1964). Ele teve papel principal em muitos dos momentos de crise deste período, dentre os quais podemos ressaltar a crise de agosto, em 1954, que levou o presidente Vargas ao suicídio, a “novembrada”, em 1955, onde houve a tentativa de impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek, a pressão política que levou à renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961 e o golpe militar, em 1964, que colocou fim ao governo conturbado de João Goulart².

A atuação de Lacerda nesse período refletia a sua intenção de se mostrar como um possível solucionador dos problemas do Brasil, provavelmente quando alcançasse seu maior objetivo que era ser Presidente da República. Por conta disso, é de suma importância a análise de sua atuação enquanto governador da Guanabara, pois este governo representa o ponto mais alto de sua carreira política, além de ser uma possível vitrine para o eleitor que se lembraria de seu nome nas eleições de 1965. Devido a isso, seu governo foi marcado por inúmeras obras e uma série de transformações administrativas que lhe concederam a fama de eficiente administrador³.

Dentre essas transformações está a política de remoção das favelas, a partir de 1962, que provocou mudanças radicais na vida dos moradores das regiões de periferia da cidade. Desse modo, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as consequências da política de reforma urbana desenvolvida pelo Governo Carlos Lacerda no Estado da Guanabara para as camadas mais pobres, a classe trabalhadora que se viu descontente

2 FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar**. Civilização Brasileira, RJ: 2003. p. 301-343.

3 MENDONÇA, Marina Gusmão. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Editora Códex. 2002.

com a necessidade de se locomover para os conjuntos habitacionais construídos pelo governo.

Nossa preocupação é compreender essa política como um processo de consolidação de uma política liberal, favorável às vantagens para a classe média, em detrimento da atenção às reais necessidades da maioria da população naquele momento. O foco é discutir sobre o respeito à identidade sociocultural, visando impedir a segregação dos indivíduos com menos recursos financeiros em locais ermos, sem a existência de uma estrutura básica que lhes permitam viver numa condição adequada de moradia.

O modelo de administração do governo da Guanabara: estratégias e planejamento

O Estado da Guanabara foi fundado em 14 de abril de 1960, formalizado pela Lei 3.752/60, conhecida como Lei San Tiago Dantas, ocupando exatamente o território do antigo Distrito Federal, tendo Carlos Lacerda como primeiro governador eleito.

O estado recém-criado possuía uma gama de problemas e particularidades, haja vista o processo acelerado de urbanização pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passou durante a década de 1950, fator este que se explica pelo fato desta estar na condição de capital do Brasil naquele período. No entanto, seu desenvolvimento não condizia com seu crescimento, de modo que em muitos aspectos se tratava de uma cidade com condições superiores as outras, como por exemplo, em recursos financeiros. Porém, ainda havia um conjunto de deficiências estruturais, dentre as quais a principal era a insuficiência de investimento em urbanismo⁴.

Lacerda tinha a ideia de que a cidade do Rio de Janeiro era o espelho do país e, essa ideia se reafirmou com a transferência da capital para Brasília, quando ele passou a se opor à *Novacap* (Brasília) em favor da *Belacap* (Rio de Janeiro) para que se mantivesse o status social, político e cultural, fundamental para o capital da cidade. Diante da situação em que a cidade se encontrava e das expectativas que Lacerda possuía enquanto ocupava o cargo de governador, sua estratégia foi “construir” sua imagem, mostrando as dificuldades que assolavam o Rio de Janeiro, providenciando resoluções técnicas para sustentar tais necessidades.

⁴PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara. A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960**. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

Para solucionar os principais problemas da cidade era necessário realizar grandes esforços em direção a todos os serviços públicos como: reestruturações, abastecimento de água, saneamento básico, telefonia, transportes, saúde, educação e energia elétrica. Durante o governo de Lacerda foi providenciada uma centralização normativa e uma descentralização executiva. Nesse sentido, um dos projetos realizados que mais se destaca diante de tal reforma na administração pública foi na área de saneamento básico, proporcionando o esgoto sanitário. Embora o governo pudesse contar com alguns auxílios como o do banco Mundial, a maioria das obras foi realizada através de medidas que possibilitaram ao estado gerar seus próprios recursos.

Uma dessas medidas foi a implementação de impostos como o Imposto de Vendas e Consignações, que representava cerca de 75% da receita tributária, o Imposto Predial e o Imposto sobre Indústria e Profissões, que somados representavam cerca de 90% da receita do novo estado. Além disso, também houve algumas correções nas alíquotas tributárias. A principal alíquota ajustada foi a taxa de água, além disso, o Banco do Estado da Guanabara também foi muito importante, pois funcionava como um financiador do setor público⁵

As transformações organizadas por Lacerda na administração do Estado da Guanabara podem ser analisadas em dois momentos: os dois primeiros anos de governo e os três últimos. Assim que se iniciou o governo, Lacerda buscou colocar em prática um novo conceito, denominado Novo Rio. A Nova Constituição do Estado foi promulgada já em maio de 1961.

Conforme já mencionamos, o principal objetivo de Lacerda era promover o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, bem como uma melhor infraestrutura urbana, principalmente no que diz respeito à melhoria da organização viária, mesmo que fosse necessário o levantamento de altos recursos, pois havia além de sua ambição política, a necessidade de que as transformações fossem feitas.

Segundo o secretário do governo da Guanabara, Célio Borja, não havia água sequer para beber. Além disso, havia o problema da circulação de carros. Em matéria de escola ou de saneamento ou de abastecimento de água ou de assistência médica, era a mesma coisa⁶. Isso se explica pelo alto índice de imigração para a cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960 que, por ter ocorrido demasiado rápido, não

5PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

6 MOTTA, Marly. **Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

teve o acompanhamento do desenvolvimento de infraestrutura. Segundo Maurício Perez⁷, o crescimento populacional na cidade se deu da seguinte maneira:

Tabela 1: crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro (1920-1960)

Ano	População
1920	1.158.000
1940	1.764.000
1950	2.377.000
1960	3.307.163

Fonte: PEREZ, Maurício Dominguez. Lacerda na Guanabara. A reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007, p. 111.

Talvez, o principal investimento do governo tenha sido a construção da adutora do Guandu, que foi uma solução para a melhora do provimento de água na cidade. Trata-se de um túnel de 43 km por dentro da rocha para disponibilizar água para o centro urbano. A parte investida pelo governo, referente a 58% foi aplicada através de recursos provindos do aumento da taxa de água e o restante, foi financiado com empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento⁸.

Já nos últimos anos do governo, a atividade que mais impactou a população da Guanabara foi a política de remoção das favelas. Tratava-se do Plano de Habitação Popular, amplamente financiado pelo governo norte-americano através da Aliança para o Progresso, propondo a urbanização de áreas destinadas à construção de casas populares para a viabilização de um programa de remoção de favelas. Segundo o Sr. José Arthur Rios, secretário de Assistência Social da Guanabara, o plano de coordenação para a construção de habitações populares do governo deveria obedecer aos seguintes itens:

1. Revisão da legislação sobre loteamentos e elaboração de medidas que facilitem o acesso à casa própria (organização de cooperativas e projetor de financiamento de lotes);
2. Urbanização progressiva de favelas irremovíveis pela ajuda mútua (Operação Mutirão);
3. Remoção de favelas, segundo propriedades já estabelecidas, para terrenos loteados de urbanização mínima;
4. Assistência ao menor favelado⁹.

⁷ PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

⁸ PEREZ, Maurício Dominguez. Op. Cit.

⁹ *Tribuna da Imprensa*, 02/02/1962 p. 6.

O projeto de remoção das favelas da cidade foi iniciado em 1962, possuindo três pilares: a construção do conjunto habitacional na Rua Álvaro Ramos, em Botafogo, a urbanização completa da Vila da Penha e a construção de um conjunto habitacional em Bangu. Com o passar dos anos, o projeto foi sendo aprimorado, alocando a população de acordo com a localidade das comunidades. As favelas da Zona Norte foram deslocadas para conjuntos habitacionais na Avenida Brasil, já as da Zona Sul foram para a extensão viária que leva da Zona Sul até a Barra como a Cidade de Deus, em Jacarepaguá. Dessa forma, “se antes a intenção era urbanizar as favelas e remover algumas, a linha passou para remoção de favelas com a urbanização de algumas”¹⁰.

Uma das justificativas de Lacerda para a remoção das favelas era que, segundo ele, algumas favelas não tinham condições de serem urbanizadas, como no caso da Favela Getúlio Vargas, localizada no Leblon, conforme ele cita em seu depoimento:

Ficava a dois passos do Jockey, exatamente em frente à praça onde está o campo do flamengo e ao Hospital Miguel Couto. Toda manhã, mas toda manhã – ninguém me contou, eu vi – aparecia uma criança para se tratar no hospital com a cara roída por rato. Tinha ratazanas desse tamanho, assim! Você, para chegar a um barraco, tinha que passar por dentro de outros dois ou três. A promiscuidade era total: dormia o casal com quatro ou cinco filhos pequenos na mesma cama. Como é, então, que você vai urbanizar no local um negócio desse¹¹.

O que nos chama atenção nesta fala do governador é o motivo real de sua preocupação diante da situação descrita. É notório o tom de desconforto que ele fala sobre a realidade dessa favela, porém nos inquieta pensar até que ponto sua preocupação estaria com a realidade vivida por essas pessoas e até que ponto a preocupação estava em ver que pessoas tinham uma realidade como essa numa região tão próxima a lugares frequentados por um público de condições financeiras mais elevadas. Isso fica evidente em outra fala de Lacerda: “Tivemos que remover algumas favelas. Removemos até algumas que existiam em terrenos muito valorizados, onde fazer casinhas populares representava um tamanho desperdício que seria um crime contra o pobre”¹².

Vale ressaltar que ele faz referência a locais como Jockey Club, campo do Flamengo e até mesmo o fato da favela descrita estar localizada no Leblon, bairro

10 BRUM, Mario Sergio. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História Social/PPGH-UFF. Niterói, 2011, p. 76.

11 LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Organização de texto de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 233.

12 *Ibidem*, p. 232.

reconhecido por suas belezas naturais e pelo conforto e status que é remetido a quem ali reside. Outro exemplo é a favela do Pasmado que ocupava uma área de interesse para a construção de um hotel do grupo internacional Hilton. Portanto, visto que era objetivo de Lacerda incentivar a condição do Rio de Janeiro como a *Belacap*, se tornaria bastante incômodo para o governo se deparar com favelas em condições tão ruins em áreas que deveriam ser apenas bonitas.

Outro ponto alegado pelo governo para as remoções era que a construção dos conjuntos habitacionais poderia reativar o setor de construção civil, muito importante para a economia da cidade. De acordo com Marly Motta¹³, era comum ouvir dizer, na época, que Lacerda estaria agindo em função dos interesses da especulação imobiliária, pois ao retirar as favelas da Zona Sul, por exemplo, valorizaria os imóveis da área nobre dessa região. A percepção das intenções de Lacerda fica evidente na fala do advogado Magarinos Tôres, que defendia os favelados. Ele destacou que:

A remoção de favelados das antigas para as novas favelas, como Kennedy e Aliança, obedece a um plano de politiqueros: “a remoção das favelas junto a prédios de apartamentos e a bairros chiques é manobra de Lacerda para captar a simpatia dos privilegiados; outro objetivo dele é fazer de conta que está dando assistência aos favelados; finalmente, atrás disto tudo, esconde-se o manuseio escuso de verbas fabulosas”¹⁴.

O governo, por sua vez, se defendia alegando que não agia em função da especulação imobiliária, embora reconhecesse que se tratava de áreas nobres que seriam valorizadas com a remoção. De acordo com a secretária de serviços sociais do Estado da Guanabara, Sandra Cavalcanti, a remoção da favela era um meio de inserir o favelado na vida moderna, pois não era a favela que precisava ser urbanizada, o favelado que precisava ser urbanizado, o que só seria possível se saísse daquela entorno, da realidade que estava acostumado¹⁵.

Também havia a justificativa de que a remoção das favelas traria melhorias à condição viária da cidade, questão que, segundo o governo, deveriam ter sido feitas pelas prefeituras anteriores. Dentre as melhorias viárias promovidas podemos citar os túneis Rebouças e Santa Bárbara que liga a Zona Norte à Zona Sul, o aterro do Flamengo para fazer ligação Centro-Zona Sul e a ampliação da Avenida Brasil (Subúrbio-Centro), Radial Oeste e Marechal Rondon (Zona Norte-Centro).

13 MOTTA, Marly. Op. Cit.

14 *Última Hora*, 17/03/1964, p. 8.

15 BRUM, Mário Sergio. Op. Cit.

Essas medidas eram de interesse do governo, pois entre os anos 1957 e 1964 o número de automóveis cresceu consideravelmente na cidade, subindo de 63 mil para 140 mil, portanto se o governo realizasse obras que viabilizassem melhor circulação desses automóveis, seria muito bem reconhecido por isso, colaborando para o interesse principal de Lacerda quando entrou no governo: se mostrar como uma alternativa para o cargo de presidente da república, com vistas às eleições de 1965.

Impacto da remoção das favelas e resistência da população por seus direitos de propriedade

Durante a implementação do Plano de Habitação Popular, por diversas vezes os favelados opuseram forte resistência à remoção, recusando-se a deixar suas casas pelos conjuntos habitacionais. A longa distância do centro da cidade, a precariedade dos transportes e a infraestrutura ainda em fase de instalação nos conjuntos habitacionais, gerariam grande descontentamento entre os moradores das favelas removidas. Além disso, a destruição da favela do morro do Pasmado por um incêndio de “causas ignoradas”, considerado por muitos como criminoso, que ocorreu ao mesmo tempo em que se processava a remoção, alcançou grande repercussão na época.

Nessa conjuntura, Sandra Cavalcanti era conhecida por seu temperamento explosivo e, de forma dura, muitas vezes, ela mesma comandava e decidia pela destruição de determinada favela e a transferência dos moradores para os conjuntos habitacionais. Sobre sua atuação, José Maria Galdeano, o Juca, secretário-geral da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, lembra:

Ela chegou ao cúmulo de divulgar nos jornais os detalhes da operação que removeria os moradores do Pasmado. E ainda convidou a imprensa para acompanhar aquele absurdo. Os moradores foram simplesmente expulsos de suas casas¹⁶.

Havia 147 favelas catalogadas pelo governo, dentre as quais, 40% estavam localizadas no subúrbio, 17% entre o centro e a tijuca e 22 % na Zona Sul. Foram destruídas cerca de 27 favelas, com aproximadamente 42.000 pessoas removidas. Segundo dados da Companhia de Habitação (COHAB), durante o governo Lacerda

16 MONTEIRO, Marcelo Monteiro. Sob vaias e pedras. Disponível em: <<http://favelatemmemoria.com.br/sob-vaias-e-pedras/>> acesso em junho de 2018, S/P.

foram removidas 6290 famílias, destas, 4800 foram apenas no período de janeiro de 1964 a julho de 1965¹⁷.

A maioria dessas favelas estava localizada em áreas próximas às regiões mais movimentadas que eram destino de muitos moradores, todos os dias, para seus locais de trabalho, por conta disso, um dos principais pontos de crítica a esta política foi o fato de que as remoções levariam a população para regiões muito afastadas de onde trabalhavam e exerciam suas atividades cotidianas¹⁸.

Muitos foram os conjuntos habitacionais construídos distantes da área de origem dos moradores, a maioria dos funcionários dos hotéis, como copeiros, faxineiros, arrumadeiras, morava nas favelas da Zona Sul. Diante disso, era inevitável a insatisfação dos favelados, conforme se pode perceber no depoimento de Carlos Cardoso dos Santos, o Monega, morador da Cruzada São Sebastião, mas que esteve presente no dia em que Sandra Cavalcanti visitou a Praia do Pinto:

Todo mundo na Praia do Pinto dava como certa a remoção. E a gente sabia que mudar para a Zona Oeste não era um bom negócio. Muito pelo contrário. Aí não tem quem não se revolte. Quando o povo viu ela [sic] entrando na igreja foi aquela confusão. Quando Sandra Cavalcanti tentou fazer discurso as pessoas vaiaram com vontade. A situação definitivamente não estava boa para ela. E as vaias só aumentando. Mas o pior veio depois quando começaram a voar pedras em sua direção. Nessa hora, a polícia chegou com a cavalaria e começou aquela correria¹⁹.

A secretária se justificou diante da reação sofrida, alegando que, de acordo com a própria polícia, as pedras atiradas em sua direção não partiram de moradores, mas de integrantes do Partido Comunista, o que segundo ela, era um momento em que os opositores políticos aproveitaram para boicotar a política de reassentamento. Sandra Cavalcanti chegou a se pronunciar para os jornais da época, minimizando o apedrejamento, dizendo que se tratava de casos isolados, com pequena participação de apenas alguns garotos.

No entanto, a rejeição a ela era bem recorrente entre os moradores das favelas, conforme contou Ribamar que foi transferido com sua família para a Cidade de Deus: “Ela era muito mal falada, os mais velhos diziam que ela mandava jogar os mendigos

17 BRUM, Mário Sergio. Op. Cit. p. 80.

18 PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e políticas públicas no Rio de Janeiro**. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; VALLADARES, Lícia. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

19 MONTEIRO, Marcelo Monteiro. *Sob vaias e pedras*. Disponível em: <<http://favelatemmemoria.com.br/sob-vaias-e-pedras/>> acesso em junho de 2018.

no Rio Guandu para limpar a Zona Sul. Nós, crianças, imaginávamos ela [sic] como uma bruxa ou algo parecido”²⁰.

Diante da reação da população à sua política, o governo buscava atenuar a insatisfação da população afastada, alegando que mesmo morando “um pouco longe” seria muito vantajoso poder ter uma casa com infraestrutura organizada e a chance de adquirir uma propriedade a partir de um financiamento com condições fáceis para pagamento, porém essas condições não eram favoráveis a todos, pois ao morar nos conjuntos os moradores deveriam pagar prestações mensais à COHAB. Os que não possuíam renda para isso, iriam para as casas de triagem, chamadas de Centro de Habitação Provisória, como a Nova Holanda.

Pode-se perceber, com isso, que a ideia de propriedade que era divulgada pelo governo, não tinha grandes chances de se concretizar. Elinor Ostrom²¹, já nos advertia que dentro da escala do direito de propriedade, a efetivação desta aparece diante da conquista do direito de alienação, ou seja, a possibilidade de vender a propriedade, por exemplo. Desse modo, como muitos favelados removidos não tinham condições de quitar suas parcelas, a realidade era que em muitos casos, tal direito não chegava a ser alcançado. Portanto, a mínima vantagem que se poderia ter com o fato de ser removido para os conjuntos habitacionais, era uma falsa esperança para a maioria.

Além disso, havia outro motivo pelo qual a ideia de vantagem não era confirmada na prática. A urgência em tirar os favelados das proximidades das áreas nobres da cidade, muitas vezes os conjuntos habitacionais já eram entregues com péssima infraestrutura, que foi se tornando mais crítica conforme o passar do tempo e abandono por parte do governo²². O governo, por sua vez, se defendia através de um argumento bastante depreciativo, alegando que as péssimas condições dos apartamentos doados aos ex-favelados foram provocadas pelos próprios moradores, devido ao fato de não possuírem capacidade de autonomia, ou seja, não sabiam cuidar do patrimônio por serem acostumados à pobreza.

Lacerda realizou uma política de remoção nunca vista no Rio de Janeiro. O destino eram conjuntos habitacionais periféricos. A política se mostra altamente contraditória, pois ele sustentava-se no déficit habitacional, oferecendo aos moradores a possibilidade da aquisição da casa própria legal nesses conjuntos, haja vista que, nas

20 Ibidem, s/p.

21 OSTROM, Elinor and Hess, Charlotte, **Private and Common Property Rights** (2007).

22 PERLMAN, Janice. Op. Cit.

favelas a maioria das posses não era legalizada. No entanto, das mais de 4 mil pessoas que foram removidas, estavam na zona sul, área que não era considerada a que possuía maior quantidade de favelas. A Zona Norte, por exemplo, possuía 67,9% das favelas do município, e dessa área foram removidas apenas 25,1%, revelando a falta de proporcionalidade entre a percentagem de favelas e o número de remoções²³.

O plano de habitação estava sendo aplicado em função dos interesses do governo de construir uma imagem positiva da administração de Lacerda, afastando a população pobre da cidade, visando possibilitar a reafirmação do Rio de Janeiro como a *Belacap*. Uma vez removidos, os favelados não seriam mais um problema tão visível. Entretanto, vale ressaltar que os favelados não estavam iludidos quanto às intenções do governo, a fala de um ex-morador da Favela do Esqueleto, removida no governo Lacerda, nos demonstra a consciência política que eles possuíam: “Foi uma jogada do Lacerda, porque ele queria se eleger presidente. Minha família foi toda para a Vila Kennedy”²⁴.

Desse modo, estava claro para a população que antes de ser uma melhoria, a remoção era uma manobra política. Essa consciência aumentava o descontentamento dos mesmos, haja vista que nas eleições de 1958, Lacerda foi eleito deputado federal, graças ao voto da maioria maciça da população carente e, agora, agia contra os direitos e interesses dos mesmos²⁵. Em relação a essa prática contraditória de Lacerda, o padre Daniel de Castro, um dos párocos da Zona Norte, engajado na proteção aos moradores da favela de Brás de Pina, que não aceitaram a transferência forçada para a distante Vila Kennedy, demonstrou sua insatisfação numa entrevista ao jornal *Útima Hora*, em 1964:

O governador Lacerda, em 1948, quando o prefeito Mendes de Moraes pretendia extinguir as favelas do Rio, tomou posição no jornal “Correio da Manhã”, dizendo-se horrorizado com a remoção da favela do Morro dos Macacos, em Vila Isabel, sem consulta a seus moradores. Escrevia ele: “Não pode o governo desenvolver a participação dos favelados em seus planos de remoção de favelas. Por processos assim, somente se conseguirá o ódio e a revolta da população. Extinguir favelas assim seria fácil demais, uma vez que as autoridades têm armas e o povo não.”

Já no ano de 1962, continua o padre Daniel, o jornalista Lacerda escrevia na edição de 19 de abril na *Tribuna da Imprensa* que os favelados deveriam ser fixados nos bairros em que trabalham e não em subúrbios longínquos. Lacerda acenava então, com dados oficiais, mostrando que 59% dos favelados trabalhavam no próprio bairro em que residiam. Por isso, considerava então uma violência à remoção forçada para “campos de

23 SILVA, J.S., BARBOSA, J.L. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

24 AMOROSO, Mauro. “Memórias do olhar: as favelas do Rio de Janeiro na lembrança dos repórteres fotográficos”. *Antíteses*, vol. 1, n. 1, jan.- jun. de 2008, p.167.

25 *Ibidem*.

concentração” financiados pelos institutos. E lutava então o jornalista Lacerda pela fixação dos favelados próximos aos seus locais de trabalho, escrevendo que: “a urbanização das favelas era imprescindível e mostrando-se contra a remoção das famílias para lugares distantes.”²⁶

O padre mostra como Lacerda de jornalista a governador, mudou muito de pontos de vista, após ocupar o cargo.

Lacerda agora, como governador quer transformar famílias faveladas em gado-humano, transportando-as de Brás de Pina para Bangu. É um êxodo humano em miniatura, o exílio forçado de mais de mil pessoas obrigadas a residirem num gueto de miséria.

E ressaltou o padre: Nós sacerdotes que defendemos os favelados de Brás de Pina estamos na mesma posição abandonada por Lacerda depois de 1962. Somos contra a remoção das favelas e a favor da urbanização da favela, tornando mais digna, mais habitável, com melhoramento de água, esgoto e luz.²⁷

Diante disso, percebe-se que, agora, Lacerda via a remoção das favelas como algo indispensável à sua política, independente do que isso significava para a população. Apesar de não contar com o apoio dos moradores das favelas e de outros segmentos da sociedade, como a igreja, o plano de habitação se mantinha, pois além do interesse dos órgãos do governo, havia um amparo legal para sua aplicação que merece nossa atenção, uma vez que o direito não é um fenômeno exterior à sociedade e interage profundamente com o ambiente social em que está inserido.

Rosa Congost²⁸ nos chama atenção para compreender que as relações de propriedade surgem das relações sociais, ou seja, as demandas da sociedade são responsáveis por criar os vínculos inerentes aos direitos de propriedade e os direitos de uso da mesma. Por conta disso, deve-se levar em consideração que as leis tendem a atender a interesses específicos que, em alguns momentos, pode se sobrepor aos interesses da maioria. Desse modo, vale-nos atentar para a reflexão entre o que a legislação representa, compreendendo até que ponto a política de remoções pode ser entendida como uma oportunidade para os favelados em adquirirem direitos de propriedade ou se, na verdade, estavam perdendo esses direitos.

A constituição do estado da Guanabara, promulgada em 1961, reforçou a legislação existente e criou políticas públicas para realizar o levantamento dos problemas ligados às favelas. A Constituição afirmava que as favelas deveriam ser

26 *Última Hora*, 30/12/1964, p. 6

27 *Última Hora*, 30/12/1964 p. 6.

28 CONGOST, Rosa. **Tierras, leyes, historia: estúdios sobre la gran obra de ‘la propiedad’**. Barcelona: Crítica. 2007.

assistidas, higienizadas, possuir escolas primárias, centros médicos, centros recreativos e de orientação profissional e doméstica, porém em caráter provisório, pois tal estrutura seria elaborada com total isenção de impostos para que as favelas irrecuperáveis fossem removidas, principalmente aquelas situadas nos bairros da Zona Sul.

O amparo para as remoções estava na Lei 2874, promulgada em 1956 (a Lei das favelas). A lei impedia que num período de dois anos fosse realizada expulsão de favelados, além de conceder créditos para a construção de casas populares. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970 a lei legitimou a política de remoção, pois de acordo com a mesma, a partir do momento que o governo construísse casas populares, os favelados deveriam deixar as favelas. No entanto, não foi uma preocupação da lei criar uma alternativa juridicamente coerente para tratar de uma questão que levava à reflexão sobre problemas mais complexos do que a simples mudança física de moradia, mas todo um contexto de convivência, afetividade entre as pessoas e o local, além de interferência nos costumes dos mesmos, fazendo com que lhes fosse necessário passar por um longo e doloroso processo de adaptação, conforme mostra o depoimento a seguir:

No começo eu sentia falta da praia, da lagoa, das lojas, de tudo- eu ainda sinto- Aqui não há nada para fazer (...) Aqui eu conheço meus vizinhos de nome, mas não somos amigos- meus velhos amigos estão longe... aqui não fazemos mais passeios, como tomar a barca de Paquetá, organizar piqueniques, ir à praia. Todos vivem isolados. Aqui não há clubes atléticos juvenis, nem clubes de futebol, nem samba nem carnaval. Uma vez eles exibiram dois filmes e nunca mais (...). as pessoas não se reúnem - cada um trata da própria vida²⁹.

Estar num lugar diferente, sem nenhuma referência pessoal, aos poucos poderia comprometer também a saúde das pessoas, conforme demonstra a fala de uma senhora que fora removida: “Ai, dona, eu nasci no chão, cresci na terra, e vivi toda vida no plano. Como é que eles querem que eu me acostume a viver numa altura de quatro andares? Eu fico toda arrepiada (...). Passo fora de casa a maior parte do tempo”³⁰. Vale ressaltar que interferia tanto na saúde física quanto na emocional, uma vez que a tristeza e a insatisfação podem levar a pessoa a um trauma e um momento de dor, podendo perder a motivação e acabar diante do isolamento social, como fica evidente em outro depoimento: “Foi difícil me acostumar com o subúrbio. Chorei muito na hora de ir embora (...) todos meus amigos moravam na Catacumba”³¹.

29 PERLMAN, Janice. Op. Cit. p. 59.

30 Ibidem, p. 271.

31 MONTEIRO, Marcelo Monteiro. *Resistência histórica*. Disponível em:

Vale ressaltar que a lembrança exposta pelos moradores em seus depoimentos é de grande valia para a compreensão do processo político do qual se refere. De acordo com Michael Pollack³², a memória embora pareça ser um fenômeno individual, relativo ao íntimo da pessoa, demanda a necessidade de entendê-la como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente passível de sofrer transformações constantes. A memória é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou por acontecimentos que o autor chamou de “vividos por tabela”, aqueles que são vividos pelo grupo à qual a pessoa pertence. São acontecimentos que nem sempre a pessoa participou, mas que tomaram um grande espaço no seu imaginário, podendo ocorrer uma projeção ou uma identificação tão forte que é quase uma memória herdada. Existem acontecimentos regionais que traumatizam tanto que marcaram muito uma região ou um grupo, de modo que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com alto grau de identificação. Essa realidade é a que podemos perceber ao analisar os efeitos que a política de remoção das favelas provocou nas gerações futuras.

Em relação à interferência na vida cotidiana dos moradores removidos, pode-se compreender, através de Eduard Thompson³³, que costume é o uso e a prática que ocorrem repetidamente até se tornar um hábito; devem ser interpretados pela percepção vulgar porque eles se desenvolvem e são criados entre as pessoas comuns. Os costumes estão intimamente ligados aos sentimentos e perspectivas de um determinado grupo social ou indivíduo, o que pode se tornar um amplo espaço para o conflito numa situação de ameaça à estrutura social, dificultando o consenso. Num caso como o da remoção das favelas, em que os interesses dos moradores são desprezados em função da efetivação de uma política arbitrária, a resistência e a luta pela manutenção de seus direitos e costumes se tornam um caminho de sobrevivência, mais do que um movimento ideológico.

O interesse pela remoção das favelas indesejadas possibilitou que a legislação fosse direcionada para a efetivação de um controle sobre as favelas, buscando bloquear as atividades fundamentais, principalmente aquelas ligadas ao comércio. Tal prática se justifica pelo fato de muitos favelados resistirem à mudança de endereço por desenvolverem relações sociais importantes naquela localidade. Portanto, uma vez que

< <http://favelatemmemoria.com.br/resistencia-historica/> > acesso em junho de 2018.

32 POLLACK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

33 THOMPSON, Eduard. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

os locais considerados foco dessas relações fossem proibidos, os favelados ficariam cada vez menos motivados a resistir.

Com intenção de limitar a resistência dos favelados, em 1963 foi elaborado o Decreto Nº 1668 que tinha como objetivo controlar e colocar taxas sobre as atividades comerciais das favelas, mesmo que tais atividades não fossem previamente regulamentadas, o que impossibilitaria taxar as mesmas, pois isso seria uma forma de reconhecer os comércios da favela, porém algumas manobras na lei permitiram realizar essa fiscalização de forma satisfatória. Segundo esse decreto, os comércios crescentes nos núcleos das favelas contrariavam ou ignoravam as leis e portarias a que deveriam se sujeitar. Dessa forma, cabia ao Estado organizar a fiscalização.

O artigo 1º do dito Decreto estabeleceu a solução jurídica para o problema, afirmando que a licença de comércio outorgada aos comerciantes é “a título precário, pois se trata de favelas”. O ponto principal da ação dessa fiscalização foi a proibição da venda de bebidas alcoólicas, produto fundamental vendido nas biroskas que sempre foram muito influentes nas favelas. Porém, essa fiscalização ignorava um fator de grande importância para os moradores dali, pois as biroskas, como os comércios eram conhecidos, possuíam uma influência não apenas em relação à circulação financeira, mas também possuía uma importante função social, uma vez que era ponto de encontro, em que se estabeleciam as relações sociais internas.

Em segundo lugar, a criação da Comissão Estadual de Energia (CEE), em 1963, também foi fundamental para assegurar o controle público nas favelas. Esta comissão foi encarregada de organizar comissões locais de energia que deveriam administrar a comercialização de energia interna pondo fim ao controle exercido por particulares. Estas comissões visavam disciplinar o caótico acesso à energia elétrica, porém, postas sob um rígido controle dos poderes públicos³⁴.

Apesar das intervenções políticas e jurídicas, a população das favelas não assistiu passivamente à remoção. Os favelados foram em busca de uma situação na qual se sentissem mais confortáveis e satisfeitos, para isso foi necessário que se inclinassem à organização política. O resultado dessa conscientização foi consolidado em 12 de junho de 1963, com a criação da sociedade civil Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Agindo de acordo com as necessidades dos moradores das favelas, essa sociedade atuou em defesa da urbanização e contra as

34 LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

remoções. A FAFEG reunia associações de diversas favelas, alcançando a margem de 73 filiados das 132 associações existentes na Guanabara naquela época, com isso representou uma importante frente de articulação política de reivindicação³⁵.

A atuação da FAFEG junto aos favelados se fazia necessária principalmente diante da brutalidade e violência com as quais o governo atuava durante as remoções. Os agentes do governo declaravam estar cumprindo ordens expressas do governador, sem levar em consideração as necessidades e até mesmo o desespero da população que se via na obrigação de abandonar suas casas, suas memórias e seus laços afetivos. Em janeiro de 1962, logo na fase inicial das remoções, o jornal *Última Hora*, trazia notícias a respeito de um momento agonizante vivido por moradores da antiga favela da Maré, dizendo:

Moradores do Bairro Desembargador Magarinos Tôres (antiga Favela da Maré), Av. Brasil, próximo à ponte da ilha do Governador, viveram ontem momentos de justificada apreensão e revolta, com a chegada do Sr. Honório Mantel, responsável pelo posto central do Serviço de Fiscalização e remoção de favelas do SERPHA, que ali chegou, com um choque da Polícia Militar, com a incumbência de arrastar todos os barracões. Liderados pelo operário João Alexandrino da Silva, presidente local da União dos Trabalhadores Favelados, os moradores se reuniram na praça, protestando contra a violência da medida tentada.

“Toda e qualquer reclamação deve ser feita ao Governador da cidade, que foi quem mandou destruir a favela”, gritou para os favelados o Sr. Honório Mantel, frisando para a reportagem que agia em nome do Chefe do Executivo e do diretor do Serviço Social, Sr. Arthur Rios. O advogado Magarino Tôres Filho, que assumiu a defesa dos favelados, declarou que esta é a segunda vez que o governador investe contra aquele reduto, cujo terreno não pertencia ao Estado, mas à Marinha desde 1888.³⁶

Em oposição à atitude violenta dos agentes do governo, a Igreja Católica se manifestava, na figura de sacerdotes como o Padre Saenz Artola, vigário de Santa Edwirges, que alegava, juntamente com os favelados que suas indignações não eram de ordem política, mas de uma posição baseada no evangelho. Recusavam a remoção forçada porque enquanto cristãos, não deveriam se conformar com a violência, pois remover as pessoas sob a mira de armas se configurava num atentado à dignidade humana.³⁷

Diante disso, compreende-se que a política de remoção das favelas levou consigo a expressão e criatividade das relações sociais, por um motivo que não se

35 MELLO, Juliana Oakin Bandeira de. Urbanização sim, remoção não: a atuação da Federação das Associações de Favelas no Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação de mestrado. 211 fl. Niterói. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.

36 *Última Hora* 23/01/1962 p.14.

37 *Última Hora*, 23/01/1962.

consolidou perfeitamente, visto que em muitos casos, as habitações das favelas eram de melhor qualidade do que as dos conjuntos habitacionais construídos. Utilizou-se dos piores materiais para fazer tais casas, que as pessoas tiveram que aceitar comprar, sem terem a menor condição para isso.

Portanto, como consequência, alguns se endividaram consideravelmente para conseguirem dar conta das mensalidades e das despesas como luz, água, condomínio e taxas. Aqueles que não conseguiram condições para tal ou não se adaptaram a rotina de trabalhar tão longe e estar distante de seus vínculos afetivos, decidiram abandonar os conjuntos habitacionais e ir para favelas localizadas mais próximas aos seus empregos.

Considerações finais

Este trabalho buscou revisitar o período em que Carlos Lacerda governou o estado da Guanabara, compreendendo as principais metas a serem alcançadas pelo governo. Entretanto, mais do que uma análise das obras realizadas pelo governo, que tanto renderam fama ao governador, este trabalho se propôs a uma análise crítica e sensível à política específica de remoção das favelas, destacando as consequências sofridas pelo povo pobre, favelado, que tiveram suas vidas duramente transformadas em prol de interesses que atendessem aos ideais de uma política liberal, preocupada com o status social.

O discurso do governo ao defender a política de remoção permeava a exaltação da propriedade privada para uma parcela da população que não estava preparada para viver uma grande transformação em suas vidas que envolvia morar em outro lugar e se dispor a um sacrifício físico, emocional e financeiro para tal. Essa situação nos leva a reflexão a respeito da ideia de progresso, da ideia de que a propriedade deve ser considerada um bem antes de outros, como o conforto, a afetividade e as necessidades cotidianas do indivíduo.

A política de remoção de favelas ressalta a visão excludente que o capitalismo propõe. Os favelados eram julgados como pessoas sem cultura e sem educação, fazendo-lhes incapazes de opinar sobre os projetos e medidas políticas. Foram removidos de suas casas, que embora em muitos casos não fossem propriedades legalmente reconhecidas, eram propriedades no sentido afetivo, onde estava a noção de pertencimento e intimidade com o local, além da estabilidade financeira que morar na

favela permitia, pois diante dos poucos recursos que os favelados possuíam o fato de não terem vínculo de aluguel ou possíveis prestações lhes evitavam uma série de preocupações.

A política liberal de Lacerda atendia os interesses de uma visão de glamour para o Rio de Janeiro, visando atender às demandas dos empresários que desejavam obter o lucro com os visitantes em um ambiente afastado das mazelas sociais. Sabe-se da importância do desenvolvimento econômico do estado, porém não há desenvolvimento quando apenas um grupo é beneficiado. Os moradores das favelas foram completamente ignorados enquanto participantes da política, uma vez que se trata de um período democrático e foram prejudicados em diversas áreas da vida por uma decisão sobre a qual não puderam opinar, mas que foram obrigados a aceitar.

Os efeitos sentidos pelas remoções no governo Lacerda não se limitaram aos anos de seu governo. Seu modelo de governo foi seguido por seu sucessor, Negrão de Lima, além de ter tido amplo apoio dos governos militares a partir de 1964, interferindo na qualidade de vida da população mais pobre até a década de 1980. Decisões políticas modificam relações e visões por uma vida inteira, até hoje se pode reconhecer as defasagens provocadas à população carioca pelos modelos de governo que por ali passaram.

Laços não se constroem da noite para o dia, pensar em oferecer uma visão de progresso não é pensar no bem, pois a visão de progresso do outro pode não ser a mesma. Os interesses de quem vai sofrer a ação devem ser levados em consideração. O capitalismo, a visão liberal da propriedade não deve suprir o direito de escolha onde apenas uma vontade prevalece.